Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA: o "Projeto Nós Propomos!" como indutor de Educação para a cidadania

Edvar Ferreira Basílio
edvarbasilio@yahoo.com.br

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6511-789X

Raimundo Lenilde de Araújo
raimundolenilde@gmail.com

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5491-0996

Alexandra Maria de Oliveira
alexandra.oliveira@ufc.br

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1698-5436

RESUMO

Este estudo parte do princípio de que as metodologias ativas, enquanto estratégia de ensino e aprendizagem, são capazes de favorecer a inserção da realidade que circunda o educando como conteúdo socialmente relevante nas práticas escolares. No horizonte aludido, o "Projeto Nós Propomos!", metodologia de ensino e aprendizagem em Geografia, originada em 2011 em Portugal, emerge como proposta inovadora não somente por incorporar o educando no centro do processo educativo, mas por provocá-lo a raciocinar geograficamente com base nos problemas do contexto socioespacial onde se insere, contribuindo para a construção de uma Geografia que se faz crítica, reflexiva e interveniente. De abordagem qualitativa, esta investigação utiliza, em seus procedimentos, pesquisa bibliográfica e documental e tem como objetivo geral compreender as potencialidades do "Nós Propomos!" para desenvolver uma cidadania territorial. O Projeto em questão tem se expandido por diversas partes do mundo e se tornado uma referência em educação geográfica, especialmente por dialogar com as demandas sociais das juventudes e dos lugares onde estão presentes.

PALAVRAS-CHAVE

Educação para a cidadania; Ensino de Geografia; Metodologias ativas; "Projeto Nós Propomos!".

ACTIVE METHODOLOGIES FOR THE GEOGRAPHY TEACHING: the "Projeto Nós Propomos!" as an inductor for a citizenship Education

ABSTRACT

This study comes from the principle that the active methodologies, as a teaching and learning strategy, are capable of helping in the reality insertion that is around the student as a relevant social subject to the school practices. In the mentioned horizont, the "Projeto Nós Propomos!", teaching and learning methodology for Geography, originated in 2011, in Portugal, emerges as a new proposal not only to incorporate the student in the center of the educational process, but also to make them think geographyly based on problems on the social-spatial context where they belong to, contributing to the construction of a geography that is critical, reflective and proposing. From a quality approach, this investigation uses bibliographical and documental research as a procedure and its general objective is to comprehend the potentiols of "Nós Propomos!" to develops a territorial citizenchip. The mentioned project has been expanded to several parts of the world and has been a reference on geography education, specially for refering to the youth social demands and the places where they belong to.

KEYWORDS

Education for Citizen; Geography teaching; Active methodologies; "Projeto Nós Propomos!".

METODOLOGÍAS ACTIVAS DE ENSEÑO Y APRENDIZAJE EN GEOGRAFÍA: el "Projeto Nós Propomos!" como inductor de la Eduacación para la ciudadania

RESUMEN

Ese estudio parte de princípio de que las metodologias activas, como estratégia de enseño y aprendizaje, son capazes de favorecer la inserción de la realidad que circunda el educando como contenido socialmente relevante en las prácticas escolares. En el horizonte aludido, el "Projeto Nós Propomos!", metodologia de enseño y aprendizaje en Geografía originada en 2011 en Portugal, emerge como propuesta inovadora no somente por incorporar el educando en el centro de proceso educativo, pero por provocar a razonar geograficamente con base en los problemas de contexto socioespacial donde se insere, contribuindo para la construcción de una Geografía que se hace crítica, reflexiva y participativa. De abordaje cualitativa, esa investigación utiliza en sus procedimientos busqueda bibliográfica y documental y tiene como objetivo general comprender las potencialidades del "Nós Propomos!" para desarrollar una cidadania territorial. El Proyecto en cuestión se ha expandido por diversas partes del mundo y se ha tornado una referencia en educación geografíca, especialmente por dialogar con las demandas sociais de las juventudes y de los lugares donde están presentes.

PALABRAS CLAVE

Educación para la ciudadania; Enseño de Geografia; Metodologias activas; "Projeto Nós Propomos!".

Introdução

Não dá mais para ensinar e aprender Geografia como antes.

"Antigamente", saber Geografia era, por exemplo, citar o nome do rio que passa "perto lá de casa", ou localizar/enumerar/descrever elementos e fenômenos dispostos no espaço geográfico.

No entanto, Geografia hoje é, por exemplo, saber por que o rio que passa "perto lá de casa" "invade" as casas de tanta gente no "inverno", é raciocinar/refletir criticamente por que determinados fenômenos ocorrem em certos locais e em outros não, ou analisar como os lugares mantêm relações entre si num mundo cada vez mais interligado e interdependente.

Esta pesquisa diz respeito à educação geográfica na Cidade e sobre como a Geografia é capaz de construir cidadania no meio urbano por meio do "Projeto Nós Propomos: Cidadania e Inovação na Educação Geográfica", metodologia ativa de ensino e aprendizagem surgida em 2011, em Portugal, e que hoje se encontra propagada por diversos países, inclusive pelo Brasil.

Em circunstâncias em que é crescente a concentração da população brasileira nos maiores centros urbanos e num panorama de extrema desigualdade social (IBGE, 2022), a questão inicial que se coloca é: Qual o papel da educação, da escola e do ensino de Geografia em contextos sociais de violência – urbana, doméstica e escolar –, marcados pela precariedade no atendimento de necessidades vitais da maioria das pessoas que habitam os espaços citadinos no que diz respeito ao acesso e à qualidade na prestação de serviços de saúde, à infraestrutura de saneamento básico, ou à efetivação de políticas públicas de segurança, habitação, emprego e renda?

Seria possível inovar as práticas escolares em instituições de ensino que apresentam estrutura física e pedagógica precárias, restritivas à criação e à inovação, em ambientes de angustiante desinteresse dos educandos pela escola e a educação que nela se faz?

Esta pesquisa vislumbra que adversidades como as retratadas inspiram oportunidades para se construir uma educação voltada à formação cidadã, argumentando que a escola e o ensino de Geografia possuem importantes contributos

nesse intento e, por isso, podem e precisam desenvolver uma cidadania para a participação na vida em sociedade.

Suplantar o modelo de ensino que não dizia respeito à vida real do educando era um propósito que se fortaleceu com a chamada Geografia Crítica, que acompanha, desde os anos 1970, os professores que lecionam nas escolas o componente curricular em questão. Desde então, o ensino de Geografia tem se preocupado progressivamente em formar indivíduos conscientes e aptos a se posicionarem diante dos desafios socioespaciais que lhes são impostos, num claro viés de educação para o exercício da cidadania.

Hoje, muito mais do que postar-se diante do mundo, a educação para a cidadania exige intervir, posto que "cidadania na educação significa ação. Não é contemplação, é intervenção. [...] educar para a cidadania é educar na cidadania, ou seja, participar nos problemas da comunidade" (Claudino, 2023, p. 7).

Nessa perspectiva, o "Projeto Nós Propomos!" (PNP) emerge como metodologia ativa de ensino e aprendizagem, a qual instiga a escola e os professores/as a explorarem novos encaminhamentos teórico-metodológicos que não apenas transponham as práticas baseadas no chamado tradicionalismo pedagógico, mas que apresentem alternativas que se orientem pela "construção de uma sociedade democrática, que discute e decide o destino de sua comunidade e cujos membros exercem uma cidadania territorial eficaz" (Claudino, 2014, p. 1). Assim, acredita-se que as referências e as viabilidades para ensinar e aprender, construir e exercitar cidadania possam ser encontradas na realidade contextual do educando.

Conforme Callai (2009, p. 124), os "lugares do cotidiano de nossas vidas funcionam como laboratórios para compreender o mundo e as diferentes formas de vida do homem". Segundo a mesma autora, "aprendendo a pensar o espaço a partir do lugar, poderemos descobrir o mundo, tendo a possibilidade de construir com os alunos um método de análise espacial que favoreça a construção da cidadania" (Callai, 2009, p. 132). A conjuntura relacional e a banalidade do dia a dia são fartas de oportunidades de descobertas e novas aquisições, embora seja preciso reconhecer, como Guará (2009, p.75), que "muito pouco dessa aprendizagem incidental é aproveitada e processada pela escola".

Assim, o PNP concebe a cidade como educadora e a escola como cidadã. "Temos uma Escola Cidadã e uma Cidade Educadora quando existe diálogo entre a escola e a cidade" (Gadotti, 2006, p. 135). Apoiando-se em Arendt (2000), Cavalcanti (2005, p. 43-44) repercute que "cidadania é o exercício do direito a ter direitos" e, em

vista disso, "cidadão é aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos, ampliar outros".

No horizonte descrito, esta pesquisa tem como objetivo compreender as potencialidades do "Projeto Nós Propomos"! enquanto metodologia ativa de ensino e aprendizagem para desenvolver uma cidadania territorial.

Idealizado em 2011, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (UL-PT), o PNP tem por finalidade promover uma cidadania territorial utilizando o estudo de caso para a identificação de problemas locais e para a apresentação de propostas de resolução em conjunto com os alunos (Claudino, 2019). A respeito do entendimento sobre cidadania territorial, Oliveira (2023) explica que:

> É colocar o território de vivência do estudante como importante dimensão para o exercício da cidadania na prática, como ação. Ou seja, o lugar onde a vida acontece torna-se o centro do debate. É o lugar de fato ocupado pelo estudante: com seu corpo, sua identidade, sua cultura. A cidadania territorial traz a ação do sujeito como ferramenta de conhecimento, com uso e apropriação dos territórios (Oliveira, 2023, p. 1).

No mesmo sentido de Oliveira (2023), Claudino e Coscurão (2019, p. 9) afirmam que cidadania territorial é a participação responsável nas tomadas de decisão sobre os problemas comunitários de base espacial. Para os mesmos autores:

> Esta participação é central na consolidação dos regimes democráticos e na articulação dos atores em favor do desenvolvimento. Nos instrumentos de ordenamento do território, a consulta pública das populações torna-se requisito obrigatório para a respetiva aprovação – no pressuposto de que não se planeia para as populações, mas com as populações (Claudino; Coscurão, 2019, p. 8).

Cidadania territorial diz respeito ao envolvimento e à mobilização social dos sujeitos em um determinado contexto. Contextualizar as práticas pedagógicas é especialmente teorizar a vida, valorizar as singularidades locais e os interesses das diferentes comunidades, refletir sobre os desafios sociais inerentes às particularidades dos lugares e das pessoas, tornando-os premissa para a edificação de outras formas de viver e conviver além daquelas que se manifestam como mero infortúnio.

Ao se apoiar a formação para a cidadania territorial, considera-se a ideia de que as práticas pedagógicas que priorizam o ensino transmissivo e a reprodução de conhecimentos prontos a serem depositados nos alunos – ao que Freire (2005) denominou educação bancária –, desatentos às especificidades dos lugares e

desagregados da cotidianidade vivida, carecem ser extrapoladas. Tais metodologias há tempos não alcançam as demandas de nossas juventudes nem se qualificam para o enfrentamento das inúmeras questões que assolam uma sociedade complexa como a contemporânea.

Esta pesquisa intenciona ampliar as potencialidades da educação para a cidadania na concepção dos saberes da ciência geográfica. Busca promover uma discussão a respeito do ensino de Geografia Escolar em vista da educação para o exercício da cidadania territorial (Claudino, 2014), entendida aqui como o estabelecimento de relações de afinidade, apoderamento e transformação entre o indivíduo e o coletivo.

Metodologias ativas de ensino e aprendizagem: o Projeto Nós Propomos!

Originado em 2011, na Universidade de Lisboa (UL-PT), o "Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica", surgiu com o intuito de desenvolver a formação para o exercício da cidadania a partir do ensino de Geografia. Configura-se hoje numa reconhecida iniciativa pedagógica com notável caráter interdisciplinar, participativo e inclusivo, o que o faz extrapolar o campo de conhecimento estritamente geográfico, especialmente por suas potencialidades em favorecer a construção e consolidação da democracia.

No Brasil, as primeiras diligências do Projeto se deram a partir de Santa Catarina, estado que também foi pioneiro na adesão ao Projeto fora de Portugal, em 2014, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Claudino, 2019). No mesmo ano, o Nós Propomos chegou ao estado do Piauí (Teixeira, 2020).

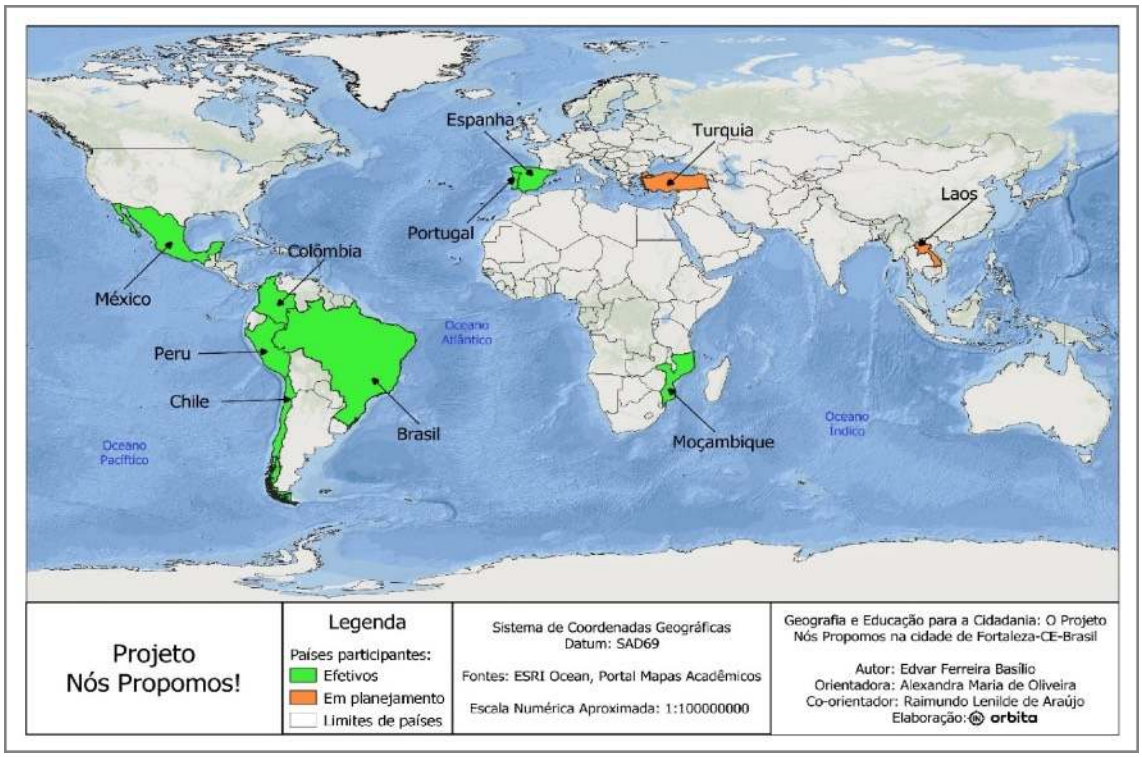
Em 2015, seria a vez do Tocantins aderir ao PNP, por meio de atividades extensionistas da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Em 2017, as ações chegam a São Paulo, pelo município de Marília (Carvalho Filho, 2020).

No ano de 2024, dezenas de municípios brasileiros, em pelo menos 15 das 27 unidades federativas, possuíam ações com referência no Projeto. Os estados de São Paulo, Paraná, Goiás, Distrito Federal e Santa Catarina são as unidades federativas nas quais as experiências se encontram mais consolidadas (Silva Neto, 2023).

Na Região Norte do Brasil, o PNP se acha menos propagado do que no centro-sul do País (Silva Neto, 2023). No entanto, é preciso destacar, no Norte do País, as

mobilizações desenvolvidas no Tocantins, especialmente as coordenadas pelo professor João Aparecido Bazzoli (UFT). Para Andreis, Callai e Nunes (2023, p. 2), com quem se concorda, "devido à amplitude e complexidade das atividades realizadas, há dificuldades de registrar todos os movimentos" do Projeto. A Figura 1 demonstra o PNP pelo mundo até julho de 2024.

Figura 1 – O Projeto Nós Propomos pelo mundo



Org.: Elaborado pelos autores (2023).

O PNP é uma proposta pedagógica com notável confluência com as chamadas metodologias ativas de ensino e aprendizagem, em divergência às práticas tradicionais de ensino, pois, no Nós Propomos, o educando passa a ter papel central, suas vivências são valorizadas e os problemas/demandas do contexto social são pautas mobilizadas pela escola. A definição de Pereira (2012) acerca de metodologias ativas de ensino e aprendizagem se intersecciona com os norteamentos do PNP quando o autor diz que esses procedimentos são:

> [...] todo o processo de organização da aprendizagem (estratégias didáticas) cuja centralidade do processo esteja, efetivamente, no estudante, contrariando assim a exclusividade da ação intelectual do professor e a representação do livro didático como fontes exclusivas do saber na sala de aula (Pereira, 2012, p. 7).

No mesmo raciocínio, Berbel (2011) explica que:

> As metodologias ativas têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor. Quando acatadas e analisadas as contribuições dos alunos, valorizando-as, são estimulados os sentimentos de engajamento, percepção de competência e de pertencimento, além da persistência nos estudos, entre outras (Berbel, 2011, p. 28).

O estímulo à curiosidade presente nas metodologias ativas é inerente ao PNP por induzir o educando à condição de protagonista de sua própria aprendizagem, por estimulá-lo à investigação de campo, por suscitá-lo a identificar os problemas presentes no cotidiano em que está agregado e por provocá-lo a apresentar propostas de intervenção (Claudino, 2019). O educando, então, confunde-se com a figura de pesquisador ao ser despertado em sua capacidade de descoberta e na busca por solucionar problemas específicos. Nessa ótica, o PNP reflete a Teoria Socioconstrutivista de educação, a qual tem como uma de suas principais referências os estudos do psicólogo bielorrusso Lev Vygotsky (1896-1934), o qual se baseia na aprendizagem pela interação social e cuja principal influência é o materialismo histórico-dialético. Nessa concepção, "o espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade" (Corrêa, 2000, p. 26).

Para Boiko e Zamberlan (2001, p. 53):

> O referencial socioconstrutivista implica uma compreensão da educação e dos fenômenos educacionais como processos em movimento e em transformação, localizando-os dentro de um sistema amplo, que leva em conta a realidade social e histórica em que estão inseridos.

No Socioconstrutivismo, as interações dos sujeitos entre si e com o meio vivido permeiam os processos de ensino e aprendizagem, e esse é um dos alicerces do PNP. A respeito da atividade socioconstrutivista, discorre Libâneo (1995, p. 129):

> É "sócio" porque compreende a situação de ensino-aprendizagem como uma atividade conjunta, compartilhada, do professor e dos alunos, como uma relação social entre professor e alunos ante o saber escolar. É "construtivista" porque o aluno constrói, elabora, seus conhecimentos, seus métodos de estudo, sua afetividade, com a ajuda da cultura socialmente elaborada, com a ajuda do professor.

Numa perspectiva socioconstrutivista, Cavalcanti (1998) destaca que as interações cotidianas dos alunos com o bairro/cidade em que vivem oportunizam aos

professores amplas possibilidades para ensinar-aprender Geografia, e esse panorama precisa ser processado pela escola:

> Em suas atividades diárias, alunos e professores constroem geografia, pois, ao circularem, brincarem, trabalharem pela cidade, pelos bairros, constroem lugares, produzem espaço, delimitam seus territórios; vão formando, assim, espacialidades cotidianas em seu mundo vivido e vão contribuindo para a produção de espaços geográficos mais amplos. Ao construírem geografia, eles também constroem conhecimentos sobre o que produzem, que são conhecimentos geográficos. Então, ao lidar com as coisas, fatos, processos, na prática social cotidiana, os indivíduos vão construindo e reconstruindo uma geografia e um conhecimento dessa geografia (Cavalcanti, 1998, p. 130).

Outra importante característica do PNP é colocada por Bazzoli, Silva e Viana (2017, p. 13-14) ao salientarem que o Projeto, "ao ter como coluna mestra a cidadania ativa, se apoia em marcos legais importantes para fortalecer sua proposta", citando a seguinte legislação:

Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016):

> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos (Brasil, 2016, p. 11):
>
> II - a cidadania;
>
> *Parágrafo único*. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
>
> Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamentado pela Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade) (Brasil, 2016, p.112).
>
> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 2016, p.123).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/1996) (Brasil, 2005, p. 7):

> Dos Princípios e Fins da Educação Nacional:
>
> Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Plano Nacional de Educação (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014) (Brasil, 2014, p. 43):

> Art. 2º. São diretrizes do PNE:
>
> [...]
>
> V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
>
> [...]
>
> Art. X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Os referenciais apregoados pelo PNP também se convergem com a BNCC (2018) (Brasil, 2018, p. 360) quando esse documento aponta para a possibilidade de contribuição da Geografia para a formação dos educandos da Educação Escolar Básica, qual seja:

> [...] desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatual (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania.

Apoderar-se dos conceitos que embasam a Geografia enquanto ciência, como orienta a BNCC (Brasil, 2018), é fundamento traçado pelo PNP, pois essa aprendizagem vem favorecer o entendimento crítico e reflexivo do modelo de sociedade em que nos encontramos organizados. Nos preceitos do PNP, essa finalidade se conduz primordialmente pela interação dos sujeitos com os contextos socioespaciais vividos no cotidiano.

O PNP dialoga com os chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU em sua Agenda na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012 no Rio de Janeiro. Segundo a ONU:

> Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil (ONU, 2023, p. 1).

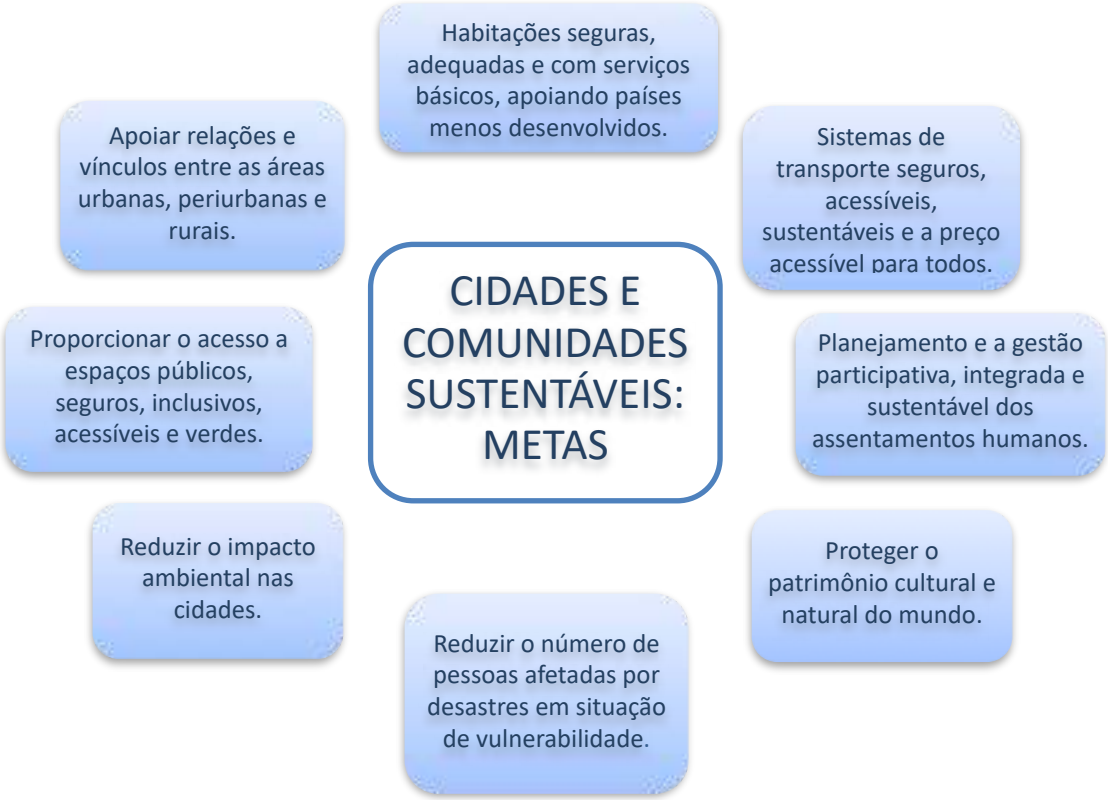
Tornar sustentáveis as cidades do século XXI é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo esse documento, em seu Objetivo 11:

> Mais da metade de nós vive em cidades. Até 2050, dois terços de toda a humanidade - 6,5 bilhões de pessoas - serão urbanas. O desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado sem transformar significativamente a forma como construímos e gerimos os nossos espaços urbanos.

> Tornar as cidades sustentáveis significa criar oportunidades de carreira e negócio, habitação segura e acessível, e construir sociedades e economias resilientes. Envolve investimentos em transportes públicos, criação de espaços públicos verdes e melhora do planejamento e gestão urbana de maneira participativa e inclusiva (ONU, 2023, p. 1).

A Figura 2 apresenta as metas para o alcance do Objetivo 11 de Desenvolvimento Sustentável da ONU:

Figura 2 – Cidades e comunidades sustentáveis: Metas



Fonte: ONU (2023).

A respeito da colaboração da Geografia no cumprimento de agendas como os ODS (ONU), Serpa (2017) diz que:

> Certamente se há aqui alguma especificidade do conhecimento geográfico relativa às políticas públicas, ela está na dimensão espacial que permeia a temática, fazendo pensar em questões como a distribuição espacial dos programas, planos e projetos no território nacional e as desigualdades regionais advindas da formulação e da implementação das políticas públicas no Brasil (Serpa, 2017, p. 38).

Nas metrópoles, a dimensão espacial mencionada pelo autor é considerada ainda mais desafiadora, pois se reconhece nos ambientes citadinos a coexistência de realidades multifacetadas. Diante disso, iniciativas como o PNP auxiliam a formação cidadã do jovem educando e do educador morador da cidade quando os torna sujeitos ativos e participativos no meio em que vivem, visto que, em sua concepção, o Projeto visa a estimular o desenvolvimento da criticidade, valorizar a autonomia e a iniciativa e provocar para a interveniência junto aos problemas de contextos socioespaciais específicos de periferias. De acordo com Bazzoli, Silva e Viana (2017):

> Neste viés, e de acordo com os princípios da gestão democrática da cidade, a população deveria estar presente na formulação do planejamento urbano; na execução de projetos de interesse social; na fiscalização da aplicação do orçamento; e, principalmente, na preservação dos espaços públicos e serviços disponibilizados à sociedade. Por esse motivo o "Nós Propomos" poderá ter um papel fundamental na preparação destes jovens estudantes para sua futura atuação cidadã qualificada (Bazzoli; Silva; Viana, 2017, p. 35).

Para atingir seus objetivos, o PNP se alicerça em 10 princípios que servem de guia para o alcance do que se propõe. Segundo Claudino (2019, p. 39), esses princípios são os seguintes: 1. Cidadania territorial; 2. Simplicidade metodológica; 3. Flexibilidade; 4. Investigação; 5. Construtivismo; 6. Diálogo/horizontalidade; 7. Parcerias; 8. Valorização de diferentes competências; 9. Multidisciplinaridade; 10. Divulgação.

Inovação, simplicidade e ousadia são atributos do Projeto, os quais fizeram o acolhimento de suas propostas por escolas e professores conquistar amplitude que resultou na disseminação de seus fundamentos desde as etapas mais elementares da Educação Escolar Básica até os mais elevados níveis da pós-graduação.

De acordo com o Manual Nós Propomos!, o PNP apresenta 10 passos em seu desenvolvimento: 1 - Contato com as escolas, sensibilização e apresentação do Projeto; 2 - Manifestação de interesse da escola em participar das atividades e ações do Projeto; 3 - Formação de grupos colaborativos de trabalho para desenvolvimento do Projeto; 4 - Atividades técnicas, nivelamento e qualificação; 5 - Desenvolvendo o Projeto; 6 - Pesquisa documental e revisão de literatura; 7 - Trabalho de campo e outras técnicas de pesquisa; 8 - Como resolver o problema estudado; 9 - Como desenvolver e finalizar o trabalho; 10 - Socialização no seminário anual (Bazzoli; Silva; Viana, 2017).

No conjunto de etapas descrito, destacam-se como pilares para a efetivação do PNP: as atividades de campo, as quais colocam o educando como sujeito pesquisador/investigativo da realidade social que o circunda; a identificação de problemas por parte dos educandos na comunidade em que estes se inserem; e as

propostas de solução/mitigação, por parte dos próprios educandos, dos problemas que foram apontados por esses mesmos sujeitos.

Vale ressaltar que a natureza transdisciplinar, sistêmica e integradora de saberes, permitiu ao PNP uma capilaridade que ultrapassa os limites de sua aplicação no ensino escolar de Geografia. Esta pesquisa detectou que hoje, além do ensino de Geografia que acontece nas escolas, o ideário do PNP se faz notar também em estudos acadêmicos de outros campos do conhecimento, como Direito, Arquitetura e Urbanismo, Políticas Públicas, Planejamento Urbano, Engenharias e Meio Ambiente. No currículo escolar, são amplas as possibilidades de aplicação do PNP com outras unidades curriculares, como Biologia, Matemática, História e Língua Portuguesa.

Destarte, também é crescente o número de artigos em periódicos científicos e trabalhos em eventos acadêmicos, os quais divulgam experiências e resultados de pesquisas com base no PNP.

Pesquisa bibliográfica e documental

Neste estudo, a pesquisa bibliográfica e documental teve como foco de interesse o tratamento dos conceitos estruturantes da investigação em questão – O Ensino de Geografia, A Cidade Educadora, A Escola Cidadã, A Cidadania Territorial.

Para isso, escrutinou-se, inicialmente, a legislação educacional brasileira – Constituição Federal (CF, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2013) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, compôs-se um quadro teórico formado por três grupos de autores cujas concepções convergem e se integram de forma dialogal com os fundamentos do PNP.

O primeiro grupo de teóricos se volta aos aspectos da Pedagogia e da Didática e, em seus desdobramentos, às questões atinentes à formação docente, à escola, ao ensino, à interdisciplinaridade e à integração curricular. Dentre esses autores, destacam-se Alarcão (2011), Canário (1998), Fazenda (2003, 2008), Freire (1996, 2005), Japiassu (1976), Libâneo (1995), Pimenta (2001), Silva (2010), Schön (1995, 2000) e Tardif (2014). Nesse mesmo rol, podem ser destacados Berbel (2011) e Pereira (2012), que tratam de metodologias ativas de ensino e aprendizagem. Da mesma forma,

distinguem-se Cavalcanti (1998), Boiko e Zamberlan (2001) e Vygotsky (2001), sob a ótica construtivista de educação pela qual se conduz o PNP.

Um segundo agrupamento de autores concede fundamentos em tópicos alusivos ao Ensino de Geografia. É o caso de estudiosos, como Callai (2000, 2013, 2016, 2018, 2020), Castrogiovanni (1999, 2009), Cavalcanti (2005; 2010, 2020), Kaercher (1996), Menezes e Kaercher (2017), Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) e Straforini (2001, 2015). Como relevante tema da Geografia Escolar, a Cidade e suas temáticas apontam para esses mesmos autores como diretrizes, mas também apresentam como referências os estudos de Carrano (2003), Carlos (2004, 2007), Jacobi (1986) e Lefebvre (1972).

O terceiro grupo é composto por pesquisadores ligados ao PNP. É o caso de Claudino (2014, 2019, 2023), Bazzoli, Silva e Sousa (2019), Carvalho Filho (2020), Carvalho Filho, Lastória, Claudino e Fernandes (2022), Carvalho Sobrinho (2021), Teixeira (2020), Araújo (2012), Leite (2012, 2019), Andreis, Callai e Nunes (2023), Francischett (2020), Silva Neto (2023) dentre outros. Esse elenco trata das questões concernentes à Cidadania e nele também são incluídos Arendt (2000), Cavalcanti (2005), Maricato (2003, 2018), Oliveira (2023), Raffestin (1993) e Santos (1997, 1998).

A fim de identificar quais estudos acadêmicos, em nível de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), foram desenvolvidos no Brasil desde que o PNP chegou ao País, em 2014, realizou-se um mapeamento de informações contidas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Plataforma Sucupira. Nos portais eletrônicos mencionados, utilizaram-se como descritores de buscas os termos-chave "Nós propomos", "Projeto Nós Propomos" e "Cidadania Territorial".

De acordo com a consulta realizada nessas fontes, as primeiras pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* realizadas no Brasil referenciadas pelo PNP foram concluídas no ano de 2019. Desde então, foram finalizados no Brasil, até julho de 2024, um trabalho de doutorado e outros onze de mestrado, totalizando 12 pesquisas científicas.

Com relação à localização, a maior parte dos trabalhos se desenvolveu em universidades situadas no interior do País e não nas capitais. Na Região Sul foi onde mais se efetivaram estudos sobre o PNP no Brasil, notadamente nas universidades estaduais do Paraná (UNICENTRO e UNIOESTE). Fora da Região Sul, o destaque é para o estado do Tocantins.

No que diz respeito ao tipo de Programa de pós-graduação onde as pesquisas foram executadas, constata-se que a natureza multidisciplinar do PNP também se faz presente nos trabalhos em nível de mestrado e doutorado. Além de Programas de Geografia, foram localizadas pesquisas em Programas de Educação, de Desenvolvimento Regional e de Estudos de Cultura e Território.

Predominam estudos que envolvem abordagem qualitativa com procedimentos que realizam e/ou analisam estudos de caso. No que concerne aos objetivos das investigações mapeadas, preponderam aqueles que tratam de processos de ensino e aprendizagem em Geografia na Educação Básica Escolar, com foco na educação para a formação cidadã. No entanto, pesquisas envolvendo extensão universitária, orçamento participativo e gestão social também foram contempladas nas investigações encontradas, o que demonstra as múltiplas possibilidades de aplicação do PNP em campos do conhecimento que extrapolam a Educação e o Ensino de Geografia, evidenciando a capacidade do Projeto em contribuir para a inovação e a ampliação da pesquisa científica no País.

Em comum, esses trabalhos se caracterizam por concentrarem suas investigações em torno de questões particulares a um determinado contexto local, por buscarem na Geografia estratégias que visam a favorecer a solução/mitigação de problemas e por intencionarem a construção e o exercício da cidadania entre os grupos sociais envolvidos. Isso evidencia outra característica do projeto, qual seja a promoção das singularidades dos lugares, o debate sobre os problemas específicos de uma dada realidade, o rastreio de soluções exequíveis para os desafios impostos e o desenvolvimento da cidadania coletiva, tendo como finalidade última a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A crescente rede de pesquisadores que apoia as ações sobre o PNP nas universidades brasileiras tem sido alavanca para a expansão dos estudos de pós-graduação aludidos ao Projeto. Pode-se inferir que muitas das investigações de pós-graduação *stricto sensu* que se amparam no Projeto surgiram ou estão em progressão a partir da graduação universitária, pois se certifica a existência de um considerável número de projetos de pesquisa, grupos de estudos e de extensão universitária e a organização/realização de eventos (oficinas, palestras, conferências, seminários, congressos e workshops) para a divulgação dos trabalhos empreendidos. Salienta-se que essas atividades têm resultado na elaboração de materiais educativos, como cartilhas, atlas geográficos, fascículos didáticos e jornais escolares, por vezes inéditos nos contextos sociais e educacionais em que foram produzidos. Esses produtos podem

auxiliar as práticas de profissionais docentes em atividade e/ou formação inicial e continuada.

Conforme sondagens realizadas na plataforma de armazenamento de dados acadêmicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Cultural (CNPq) – a Plataforma Lattes –, foi possível aferir que outras pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*, com embasamento no PNP, estão em execução nas universidades brasileiras. É o caso de pesquisas de mestrado na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO-Paraná), na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e de doutorado na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Metodologia

Definir um campo epistemológico, no qual apoia seu trabalho, é importante para que o papel do professor/pesquisador de Geografia seja cumprido de maneira a favorecer a construção de aprendizagens significativas e socialmente relevantes. Becker (1993) aponta a existência de três modelos epistemológicos de educação a partir dos quais se ligam outros três tipos específicos de pedagogia. Com base em Becker (1993) e em Menezes e Kaercher (2017), elaborou-se um quadro teórico que demonstra cada um desses modelos epistemológicos, os tipos de pedagogia com os quais se conectam e as características do ensino de Geografia que são praticadas nessas linhas. Salienta-se que é preciso concordar com Menezes e Kaercher (2017), quando esses autores questionam a existência de professores que atuariam exclusivamente dentro de modelos tão fechados como o proposto por Becker (2013). Apesar dessa interrogação, os mesmos autores asseveram que o professor precisa evidenciar claramente o campo epistemológico pelo qual se guia, pois "a prática pedagógica não terá sentido nem para o educador nem para o educando se não estiver assentada em concepções claras do docente (Menezes; Kaercher, 2017, p. 146).

Quadro 1 – Modelos epistemológicos e pedagógicos e práticas de ensino em Geografia

Modelo epistemológico	Modelo pedagógico	Prática de ensino em Geografia
Empirista	Pedagogia diretiva	Foco na figura do professor, que atua sobre o aluno; O aluno nada sabe; Metodologia expositiva; Ensino descritivo, fragmentado e desvinculado da realidade; Memorização e repetição de conteúdos; Dissociação entre aspectos naturais e humanos.
Apriorista	Pedagogia não diretiva	Foco na figura do aluno, que determina a ação do professor; O conhecimento está no aluno desde que ele nasce; O professor deve atuar como um facilitador; Passividade do aluno; Reprodução de conteúdos; Pouca influência do meio na aprendizagem.
Construtivista	Pedagogia relacional	Relação não verticalizada entre professor-aluno; O aluno é sujeito ativo e age sobre o objeto para transformá-lo, ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo; Superação da memorização e reprodução de conteúdos; Problematização dos conteúdos e da realidade; Construção de conhecimentos a partir da realidade do aluno.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Becker (1993), Menezes e Kaercher (2017)

Este estudo se apoia numa educação geográfica que se norteia por um campo epistemológico construtivista e por uma pedagogia de modelo relacional. Para Menezes e Kaercher (2017), o educador que conduz seu trabalho nesse rumo:

> [...] adota uma determinada postura em sala de aula. Ou seja, ele age no sentido de propor desafios, instiga as dúvidas e os questionamentos dos educandos. Enfatiza que não existem verdades absolutas, pois o que é considerado como verdade se refere à ideia hegemônica do momento, a qual precisa ser desmistificada. Mais que isso, o professor estimula a curiosidade e a criatividade dos alunos. Parte do pressuposto de que o sentido da educação não está na cópia e repetição, mas sim na criação e reflexão dos sujeitos (Menezes; Kaercher, 2017, p. 154).

Baseado no estímulo à curiosidade, à problematização e à criatividade, o construtivismo pelo qual se orienta esta pesquisa vem instigar uma educação geográfica para a ação cidadã e para a mudança social a partir do ensino de Geografia na Educação Escolar Básica. Essa opção é uma nítida oposição à passividade do educando, ao ensino enciclopédico e à desconexão entre a escola e sua realidade circundante. Por isso, este estudo aponta que é possível, por meio do PNP, empreender uma educação para a cidadania em uma escola que se faça cidadã.

Este estudo se efetiva por meio de abordagem qualitativa e utiliza como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

Ao caracterizar a pesquisa qualitativa, Godoy (1995) assim afirma:

> [...] um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando "captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (Godoy, 1995, p. 21).

Na acepção precedida, a pesquisa qualitativa no PNP se mostra favorável ao alcance dos objetivos preconizados neste estudo, dentre outros motivos, porque a investigação ocorre no mesmo contexto de interesse do investigado, envolvendo diretamente os sujeitos constituintes da realidade social em questão. Esses são fundamentos do Projeto Nós Propomos enquanto metodologia ativa de ensino e aprendizagem e como instrumento de construção de cidadania a partir do ensino de Geografia.

Considerações finais

Há tempos não se concebe mais a instituição escolar como único centro do saber, o professor como o dono do conhecimento e o aluno como sujeito que nada sabe. A rapidez e a dinâmica com que se processam as mudanças na sociedade contemporânea fazem com que a escola se submeta a uma permanente reflexão no que diz respeito a seus métodos para ensinar e aprender. Nesse contexto de transformações aceleradas e sistêmicas, intensificaram-se as tentativas de se empreender uma aproximação entre o ensino, os problemas sociais do entorno escolar e os interesses do sujeito em formação. Surgem também, aí, as metodologias que intencionam incorporar o educando como protagonista de sua própria aprendizagem, numa perspectiva em que o sujeito é construtor de conhecimentos que lhes sejam significativos e não mais um mero reprodutor de conteúdos enciclopédicos.

Embora não sejam uma novidade entre os professores, as chamadas metodologias ativas de ensino e aprendizagem ainda se apresentam como interessante alternativa didática nas práticas escolares. Quando bem planejadas e executadas, podem ser amplamente favoráveis à promoção da interdisciplinaridade

e da integração curricular. Assevera-se que, em ações mobilizadas em contextos não escolares, é necessário, por parte do professor, um bom conhecimento do recorte espacial a ser estudado. Além disso, o ensino de Geografia não pode desconsiderar as conexões e relações de interdependência mantidas entre os lugares, por mais que as singularidades e os problemas locais sejam o foco do processo educativo.

Numa conjuntura em que as particularidades locais vêm ganhando importância nos mais diferentes campos do conhecimento, o ensino de Geografia pode ser um dos mais beneficiados. Isso porque temáticas relacionadas ao cotidiano vivenciado pelo aluno em seu bairro/cidade são vislumbradas como referência para a aprendizagem de conceitos estruturantes da ciência geográfica, como paisagem, lugar, território, região, natureza e espaço geográfico. Da mesma forma, os princípios geográficos de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem ensejam rumos didático-metodológicos que inclusive não se limitam ao ensino de Geografia. Esses princípios são detentores de destacado caráter universalizante, notavelmente de vieses inter/transdisciplinares e reconhecidos como geradores de encadeamentos entre outros campos do conhecimento, assim como entre saberes ditos não científicos.

Uma educação geográfica problematizadora e emancipadora, a qual orienta metodologias ativas como o "Projeto Nós Propomos!", conduz o educando, por exemplo, a uma não acomodação perante as mazelas sociais onipresentes na cotidianidade socioespacial e a uma consciência questionadora dos fenômenos que estruturaram tal realidade. Essas disfunções, de que o educando também é vítima, externalizam-se maiormente no meio urbano.

É nas cidades onde os problemas socioespaciais dos mais diferentes tipos afloram com mais intensidade e onde se encontra a maior parcela de nossa população, inclusive as juventudes escolares. Estudos demonstram que muitos jovens não desfrutam plenamente da vida urbana de sua cidade porque suas experiências socioespaciais do dia a dia se resumem a pequenos fragmentos da cidade – especialmente o jovem da periferia – ainda mais quando se trata de uma metrópole.

O raciocínio geográfico estimulado em metodologias ativas, como o "Nós Propomos!", possibilita ao educando compreender criticamente e reflexivamente, por exemplo, que a cidade onde ele vive possui diferentes arranjos que se manifestam de maneira multifacetada, seja na segregação socioespacial entre bairros, na disponibilidade e qualidade na prestação de serviços públicos e/ou privados, nas distintas condições dos

ambientes naturais ou no bem-estar entre os seus moradores. Assim, o contributo relevante do ensino escolar de Geografia seria o trabalho para suplantar a visão naturalista e fatalista com que, muitas vezes, as injustiças sociais são enxergadas no tempo e no espaço.

Referências Bibliográficas

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção questões da nossa época; v.8).

ANDREIS, A. M.; CALLAI, H. C; NUNES, S. C. L. Entrevista com o Prof. Sérgio Claudino: A cidadania territorial - um conceito para aprender Geografia. **Revista Signos Geográficos**, [*S. l.*], v. 5, p. 1–12, 2023. Disponível em: https://revistas.ufg.br/signos/article/view/76450. Acesso em: 25 jan. 2024.

ARAÚJO, R. L. de. **Ensino de Geografia:** perspectiva histórico-curricular no Brasil republicano. 2012. 139f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7603/1/2012-TESE-RLARAUJO.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

BAZOLLI, J. A. Projeto "nós propomos": multiplicidade de atores e diversidade na educação cidadã. **Revista Conexão,** [*S. l.*], v. 13 n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/9335/5538. Acesso em: 14 jul. 2024.

BAZZOLI, J.A.; SILVA, M. V. C. E.; SOUSA, T.O. Extensão e participação social: Nós Propomos. In: CLAUDINO, Sérgio; SOUTO, Xosé M.; DOMENECH, Maria Angeles Rodriguez; BAZZOLI, João Aparecido; LENILDE, Raimundo; GENGNAGEL, Claudionei Lucimar; MENDES, Luís; SILVA, Adilson Tadeu Basquerote. (org.). **Geografia, Educação e Cidadania.** 1. ed. Lisboa: ZOE/CEG/IGOT, 2019. p. 214-228.

BECKER, F. **A epistemologia do professor:** o cotidiano da escola. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

BERBEL, N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. **Semina:** Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326. Acesso em: 9 set. 2023.

BOIKO, V. A. T.; ZAMBERLAN, M. A. T. A perspectiva sócio-construtivista na psicologia e na educação: o brincar na pré-escola. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 51-58, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/f3FJJkXGVQL5JnsL7J5JP3C/abstract/?lang=pt. Acesso em: 9 set. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** geografia. Brasília, DF: MEC/ SEF, 1998. 156 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2005. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da Educação Básica.** Brasília, DF: MEC/CNE, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. **Ensino de geografia:** práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 83-134.

CALLAI, H. C. **A formação do profissional de Geografia**: o professor. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

CALLAI, H. C. O livro didático no contexto dos processos de avaliação. **OKARA**: Geografia em debate, [*S. l.*], v.10, n. 2, p. 273-290, 2016.

CALLAI, H. C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Rev. geogr. Norte Gd**., Santiago, n. 70, p. 9-30, set. 2018. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022018000200009. Acesso em: 10 ago. 2023.

CALLAI, H. C. **Ciência Geográfica.** Bauru, v. 24, n. 1, jan./dez. 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_1/agb_xxiv_1_web/agb_xxiv_1-04.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

CANÁRIO, R. A escola: o lugar onde os professores aprendem. **Revista Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 6, 1998, p. 9-27. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/42874. Acesso em: 2 nov. 2023.

CARLOS, A. F. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades**, [*S. l.*], v. 1, n. 1, 2004, p. 11-30. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12527/8020. Acesso em: 26 ago. 2023.

CARLOS, A. F. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARRANO, P. C. R. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARVALHO FILHO, O. R. de. **O Ensino de Geografia e o estudo do local:** o Projeto Nós Propomos no Estado de São Paulo/Brasil. 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-22072020-084056/pt-br.php. Acesso em: 13 out. 2023.

CARVALHO FILHO, O. R. de. Olhares docentes sobre a cidadania: considerações sobre os avanços e desafios do projeto Nós propomos no estado de São Paulo. **Signos geográficos**, [*S. l.*], v. 4, p. 1-19, 2022. Disponível em: https://revistas.ufg.br/signos/article/view/72572. Acesso em: 15 jan. 2024.

CARVALHO FILHO, O. R de; LASTÓRIA, A. C; CLAUDINO, S.; FERNANDES, A. de S. Olhares docentes sobre a cidadania: considerações sobre os avanços do projeto "Nós Propomos" no Estado de São Paulo. **Revista Signos Geográficos**, *[S. l.]*, v. 4, 2022. Disponível em: https://revistas.ufg.br/signos/article/view/72572. Acesso em: 13 jul. 2024.

CARVALHO SOBRINHO, H. **Educação Geográfica e Formação Cidadã:** o Projeto Nós Propomos! no Distrito Federal/Brasil. 2021. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/42928. Acesso em: 13 nov. 2022.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.) **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS/ Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1999.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.) **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, L. S. A cidadania, o direito à cidade e a Geografia Escolar: elementos de geografia para estudo do espaço urbano. **Revista Geousp**, [*S. l.*], n. 5, p. 41-55. 2005.

CAVALCANTI, L. S. **A Geografia escolar e a cidade:** ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana contemporânea. Campinas: Papirus, 2010.

CAVALCANTI, L. S. Estudar e ensinar as cidades latino-americanas: um desafio para o professor de Geografia. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 1, jan./dez. 2020.

CLAUDINO, S. Escola, Educação geográfica e cidadania territorial. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, [*S. l.*], v. 9, n. 494, p.1-10, 2014.

CLAUDINO, S. Construir uma escola cidadã por meio do projeto Nós Propomos!: um desafio no espaço iberoamericano. **Sobretudo**, [*S. l.*], v. 2, p. 33-52, 2019. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sobretudo/article/view/3881. Acesso em: 6 mar. 2024.

CLAUDINO, S.; COSCURÃO, R. Educação geográfica e cidadania: o Projeto Nós Propomos em Portugal. **Giramundo**, Rio de janeiro, v. 6, n.11, p.7-16, jan./jun. 2019. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/46264/1/2738-6501-1-PB.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

CORRÊA, R. L. Espaço: Um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FAZENDA, I. (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

FRANCISCHETT, M. N. O conhecimento geográfico e a formação pelo ensino escolar. **Signos Geográficos**, [*S. l.*], v. 2, p. 01-16, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec.** Nova série, [*S. l.*], v. 1, n. 1, may 2006. Disponível em: https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160/189. Acesso em: 17 jul. 2024.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [*S. l.*], v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38200. Acesso em: 26 jul. 2024.

GUARÁ, I. M. F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. **Em aberto,** Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Brasileiro 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 4 ago. 2022.

JACOBI, P. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política.** São Paulo, v. 2, n. 4, p. 22-26, 1986. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/n4c8N3vHX8QLRyvYK75fC7P/?format=html. Acesso em: 21 jul. 2023.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAERCHER, N. A. A Geografia é nosso dia a dia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, [*S. l.*] v. 21, p. 109-116, ago. 1996. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38639/. Acesso em: 15 jul. 2023.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville (1968).** Paris: Anthropos, 1972.

LEITE, C. M. C. **O lugar e a construção da identidade**: os significados construídos por professores de geografia do Ensino Fundamental. 2012. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LEITE, C. M. C. Ensinar e aprender Geografia por meio do Projeto Nós Propomos: a experiência do Distrito Federal. In: CLAUDINO, S; SOUTO, X. M; ARAÚJO, R. L.; DOMENECH, M. A. R.; BAZZOLI, J.; GENGNAGEL, C. L.; MENDES, L.; BASQUEROTE SILVA, A. T.; (org.). **Geografia, Educação e Cidadania**. 1. ed. Lisboa: ZOE/Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidad, 2019, v. 1, p. 42-57.

LIBÂNEO, J.C. **Apontamentos sobre pedagogia crítico-social e socioconstrutivismo.** Goiânia, s. n., 1995. mimeo.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [*S. l.*], v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxbNRbf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 mar. 2023.

MARICATO, E. **Minha casa minha vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula**. [*S. l.*]: BBC, 2018. Contido em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520. Acesso em: 16 maio 2024.

MENEZES, V. S.; KAERCHER, N, A. Geografia e educação: uma discussão epistemológica. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 144-158, set./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n65p144/35355. Acesso em: 22 jul. 2024.

OLIVEIRA, K. A. T. **A cidadania territorial coloca o aluno onde a vida acontece no centro do debate**. São Paulo: Itaú Social, 2023. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/noticias/a-cidadania-territorial-coloca-o-lugar-onde-a-vida-acontece-no-centro-do-debate/. Acesso em: 3 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Os objetivos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: ONU, 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 3 mar. 2024.

PEREIRA, R. Método Ativo: Técnicas de Problematização da Realidade aplicada à Educação Básica e ao Ensino Superior. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE. 6., 2012, São Cristóvão. **Anais** [...]. São Cristóvão: s. n., 2012.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. Hucitec: São Paulo, 1997.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

SCHÖN, D. Formar professores como Profissionais Reflexivos. In: Nóvoa, A. (org.). **Os professores e a sua formação.** 2. ed. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1995. p. 77-92.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. 256 p.

SERPA, A. Políticas públicas e o papel da Geografia. **Revista da ANPEGE**, [*S. l.*], v. 7, n. 1, p. 37-47, 2017. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6551. Acesso em: 8 set. 2023.

SILVA NETO, M da. **Projeto Nós Propomos!:** Educação Geográfica para a cidadania no contexto do Piauí/Brasil. 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia nas séries iniciais:** o desafio da totalidade mundo. 2001. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

STRAFORINI, R. A totalidade do mundo nas primeiras séries do Ensino Fundamental: um desafio a ser enfrentado. **Terra Livre**, [*S. l.*], v. 1, n. 18, 2015. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/203. Acesso em: 17 maio. 2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, L. E. S. **A extensão universitária como estímulo à gestão social:** a experiência do "Nós Propomos". 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Recebido em 15 de agosto de 2024.

Aceito para publicação em 13 de maio 2025.